

TERMO DE INABILITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 90004/2026

Processo Administrativo nº 2025031082

Objeto: Aquisição de 96.000 litros de leite pasteurizado.

I – RELATÓRIO

Trata-se de procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico destinado à aquisição de **96.000 litros de leite pasteurizado**, conforme especificações constantes no Termo de Referência.

Encerrada a fase de julgamento das propostas, foi convocado o licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar para apresentação da proposta realinhada e documentos de habilitação.

Durante a análise da qualificação técnica, verificou-se que o Atestado de Capacidade Técnica apresentado não indicava o quantitativo fornecido, motivo pelo qual foi realizada diligência, nos termos do art. 64 da Lei nº 14.133/2021, para complementação das informações.

O licitante apresentou notas fiscais com a finalidade de comprovar a quantidade anteriormente fornecida.

Passa-se à análise.

II – DA EXIGÊNCIA EDITALÍCIA

O Termo de Referência estabeleceu que a licitante deveria apresentar:

Atestado(s) de Capacidade Técnica que comprovasse(m) fornecimento anterior de leite pasteurizado ou produto de natureza compatível, em quantidades e características compatíveis com o objeto licitado.

O objeto do certame corresponde a **96.000 litros de leite pasteurizado**.

III – DA ANÁLISE DA CAPACIDADE TÉCNICA

O atestado inicialmente apresentado não indicava quantitativo.

Em sede de diligência, foram juntadas notas fiscais que totalizam aproximadamente **4.750 litros de leite pasteurizado fornecidos**.

Comparativamente:

- Objeto licitado: 96.000 litros
- Quantidade comprovada: 4.750 litros
- Percentual comprovado: aproximadamente 4,95%

A comprovação apresentada representa parcela ínfima do quantitativo licitado.

IV – DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

Nos termos do art. 67 da Lei nº 14.133/2021, a Administração poderá exigir comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação.

A exigência de compatibilidade quantitativa visa assegurar que o licitante possua capacidade operacional suficiente para executar o contrato.

A análise deve observar os princípios previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, especialmente:

✓ **Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório**

A Administração e os licitantes estão estritamente vinculados às regras do edital.

✓ **Princípio do Julgamento Objetivo**

A decisão deve se basear em critérios previamente estabelecidos.

✓ **Princípio da Isonomia**

A flexibilização indevida da exigência comprometeria a igualdade entre os concorrentes.

✓ **Princípio da Segurança Jurídica**

A contratação deve recair sobre empresa que demonstre capacidade concreta e comprovada de execução.

✓ **Princípio do Interesse Público**

A Administração deve mitigar riscos de inexecução contratual.

A diligência realizada nos termos do art. 64 da Lei nº 14.133/2021 permitiu a complementação documental, porém não pode suprir insuficiência material de comprovação.

A jurisprudência consolidada do Tribunal de Contas da União estabelece que a diligência não pode servir para substituir requisito essencial não demonstrado adequadamente.

No presente caso, não se trata de vício formal, mas de insuficiência substancial da capacidade técnica demonstrada.

V – CONCLUSÃO

Considerando que:

- O objeto do certame exige fornecimento de 96.000 litros;
- O licitante comprovou fornecimento de aproximadamente 4.750 litros;
- O quantitativo demonstrado é desproporcional e insuficiente para caracterizar compatibilidade com o objeto licitado;

Conclui-se que **não restou comprovada a capacidade técnica em quantidade compatível com o objeto do certame**, conforme exigido no Termo de Referência.

VI – DECISÃO

Com fundamento:

- no art. 5º da Lei nº 14.133/2021 (princípios da legalidade, isonomia, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo e interesse público);
- no art. 64 da Lei nº 14.133/2021;
- no art. 67 da Lei nº 14.133/2021;

DECIDO PELA **INABILITAÇÃO** do licitante LATICINIO MAINHA LTDA, por não comprovar capacidade técnica em quantitativo compatível com o objeto licitado.

Determino a convocação do próximo licitante classificado, nos termos da legislação vigente.

Catalão/GO, 13 de fevereiro de 2026.

Synara de Sousa Lima Coelho-Pregoeiro(a)
Secretaria Municipal de Ação e Promoção Social
Prefeitura Municipal de Catalão – GO

(original assinado)